

“A PROPAGANDA POLÍTICA NO VARGUISMO E NO PERONISMO”: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE UMA ANÁLISE SOBRE HISTÓRIA POLÍTICA

Maria Helena Rolim Capelato

Professora Titular do Departamento de História da
Universidade de São Paulo
USP

O texto que ora apresento tem como objetivo indicar algumas referências teóricas e o percurso metodológico que realizei no estudo sobre a propaganda política varguista e peronista. Nessa investigação procurei compreender o significado de uma nova cultura política posta em prática a partir desses regimes em vigência no Brasil entre 1937-1945 e na Argentina entre 1946-1955. O objeto de análise em questão implicou na definição de uma metodologia de trabalho na linha da história política, com ênfase na construção do imaginário coletivo. Por se tratar de um tema contemporâneo, o estudo exigiu uma reflexão sobre as possibilidades e limites da “história do tempo presente”. Ainda no campo metodológico, a história comparada colocou questões às quais procurei responder ao longo da tese, demonstrando os aspectos comuns e as especificidades das experiências analisadas.

A problemática central da tese refere-se ao caráter autoritário da propaganda veiculada através dos meios de comunicação, educação e produção cultural com o objetivo de conquistar os “corações e mentes”. A montagem de um sistema propagandístico, nos moldes criados pelo nazismo e fascismo, representou uma tentativa de reformular os mecanismos de controle social considerados inadequados aos novos tempos. Valendo-se das técnicas sofisticadas de comunicação de massas, os representantes do varguismo e peronismo procuraram canalizar a participação das massas na direção imposta por esses regimes. Na tentativa de impedir a expressão de conflitos sociais e das manifestações políticas com sentido de oposição, negou-se o princípio da pluralidade da vida social,

característica das experiências democráticas, substituindo-o pela proposta de construção de uma sociedade unida e harmônica.

O interesse pela questão da propaganda política surgiu a partir das campanhas eleitorais de Carlos Menem na Argentina (1988) e Fernando Collor de Mello no Brasil (1989). Num contexto histórico bem diverso, os dois candidatos a cargos presidenciais recuperaram, com eficácia, imagens, símbolos e mitos das políticas varguista e peronista, tidas como definitivamente superadas. A utilização de elementos da propaganda postos em prática pelos regimes denominados populistas não significa, obviamente, ressurgimento do fenômeno, mas julguei importante indagar porque esse tipo de apelo ao passado encontrou ressonância em sociedades que viviam uma conjuntura de transição política voltada para a consolidação da democracia.

A conjuntura brasileira dos anos 1980 apresentava, para a sociedade, o desafio de conciliar a democracia com a crise econômica; a redemocratização esbarrava tanto nas dificuldades econômicas estruturais e conjunturais (inflação, recessão e profunda desigualdade na distribuição de renda) como na persistência de elementos de uma cultura política autoritária, excludente e personalista. Essa realidade remeteu os pesquisadores a se indagar sobre a constituição e natureza do autoritarismo no passado mais recente e no de longa duração.

Na Argentina, as dificuldades econômicas enfrentadas na fase da redemocratização eram ainda maiores que no Brasil. O governo Radical, impossibilitado de dar solução aos problemas, foi derrotado; as eleições presidenciais deram vitória ao candidato peronista. Ainda que a política de Carlos Menem tenha tomado um rumo contrário às propostas justicialistas dos anos 1940, a vitória eleitoral desse Presidente, demonstrou a força política dos peronistas na atualidade.

O interesse pela compreensão do regime peronista e varguista, a partir de novos ângulos de abordagem, explica-se, portanto, pelas questões colocadas no presente.

A problemática da relação autoritarismo/democracia enfrentada no momento de abertura política nos dois países e os

desafios relacionados à consolidação democrática, deixou claro que a conquista de direitos sociais e da cidadania em novos moldes implica na destruição de um legado autoritário que foi reforçado com a introdução da política de massas no varguismo e peronismo.

O varguismo e o peronismo, analisados em conjunto ou separadamente, foram considerados como expressões mais típicas do populismo na América Latina. Esse fenômeno, amplamente analisado por sociólogos, cientistas políticos, economistas, mereceu, nos últimos anos, a atenção dos historiadores que se voltaram para esse tema buscando esclarecer aspectos da história desse período não contemplados nas investigações anteriores. Os modelos e tipologias construídos para explicar o populismo na América Latina não levaram devidamente em conta as particularidades nacionais nem as especificidades conjunturais. O enfoque genérico impossibilita a recuperação do evento na sua plena historicidade. Mesmo quando analisados como casos isolados, as grandes sínteses abarcam períodos muito extensos. Esta última observação é válida, sobretudo, para o caso do Brasil: várias análises se referem ao populismo varguista como um todo indiferenciado e definido a partir de marco cronológico muito longo: 1930-1964.

O método explicativo mais amplo não permite a colocação de questões específicas sobre cada momento do processo denominado populista, interpretado como um modelo econômico e político que tipifica uma etapa do capitalismo.

Um dos elementos apontados pelos modelos e tipologias construídos em torno do populismo diz respeito aos movimentos sociais e políticos entendidos como reflexos mecânicos e imediatos de variáveis sócio-econômicas. Nessa perspectiva, explica-se o comportamento político das classes a partir de determinantes estruturais (processo de industrialização, origem rural da classe trabalhadora). A adesão das classes trabalhadoras ao populismo é interpretada a partir da estrutura social, sem se levar em conta elementos de ordem política ou cultural. Esse enfoque que descreve os processos históricos em seus resultados, sem se preocupar com o ato de sua produção, foi contestado pelos investigadores que revisitaram o período (Piozzi, 1982).

A teoria da modernização elaborada pelo sociólogo argentino Gino Germani teve grande impacto na América Latina. Nessa perspectiva, o populismo foi caracterizado como um momento de transição de uma sociedade tradicional para a moderna (o que implica num deslocamento do campo para a cidade, do agrário para o industrial). No que se refere ao político, a teoria explica o populismo como uma etapa do desenvolvimento de sociedades latino-americanas que não conseguiram consolidar uma organização e ideologia autônomas. Supunha-se que a ideologia classista deveria substituir a ideologia populista quando o desenvolvimento capitalista se completasse na região. A política populista (mescla de valores tradicionais e modernos) correspondia ao momento de transição da sociedade tradicional para a moderna. Nesse sentido o populismo foi visto como etapa necessária de passagem para uma sociedade desenvolvida e democrática.

O capitalismo constitui referencial de análise nesse tipo de interpretação mas a distinção proposta entre países “atrasados” e “países desenvolvidos” indica uma relação de exterioridade entre esses dois mundos. Dessa forma o sistema capitalista se desintegra pela dissociação das partes em relação ao todo. A sociedade capitalista “moderna”, apresentada como modelo a ser seguido pelas sociedades “tradicionais” e a divisão entre essas duas partes indicam o lugar onde se localiza o modelo ou caminho a ser seguido pela história na sua evolução por etapas. Tal perspectiva, de caráter progressista e etapista, foi questionada nas revisões sobre o período.

Por um outro ângulo de abordagem, que interpreta o capitalismo em termos de totalidade não dissociada, é possível entender o mundo capitalista se reproduzindo contraditoriamente no tempo e no espaço. Considerando o “moderno” e o “tradicional” como partes constitutivas de um mesmo todo onde elas se integram de forma contraditória, o período pode ser compreendido como um momento específico da conjuntura histórica mundial (o período entre guerras) em que novas formas de controle social foram engendradas com vistas à preservação da ordem ameaçada por conflitos sociais. Num movimento simultâneo e internacional, as sociedades européias e americanas buscaram soluções específicas, adequadas a suas

realidades históricas.

Partindo do princípio de que as diferentes realidades não se mantêm isoladas, havendo entre elas um movimento constante de circulação de mercadorias, experiências e idéias cabe indagar de que forma as experiências externas foram interpretadas e reproduzidas entre nós, como bem observou Maria Sylvia de Carvalho Franco em suas análises sobre a sociedade brasileira.

Além da dissociação entre o moderno e o tradicional, a teoria da modernização acenava para um futuro de desenvolvimento econômico e consolidação democrática nos países que viveram a experiência transitória do populismo. Os golpes militares desencadeados na América Latina, nos anos 1960-70, abalaram a credibilidade dessa teoria¹.

As teses do Partido Comunista sobre o período, não se identificam com o modelo funcionalista de Germani; mas, numa perspectiva evolucionista e etapista, também interpretam o populismo como um momento de transição (que possibilitaria a afirmação do capitalismo e do Estado democrático) necessário à passagem para o socialismo.

Os trabalhos realizados na década de 1980 recusaram os pressupostos que constituíram o arcabouço das tipologias sobre o populismo, entre outras as que apontavam para a fragilidade e inconsciência da classe trabalhadora e da classe burguesa, definindo o Estado como sujeito privilegiado do processo histórico. Os estudos de Francisco Weffort sobre o populismo representaram uma contribuição importante para a revisão das análises. O autor interpreta o populismo a partir de dois níveis: o das determinações estruturais e o das conjunturas (campo da história). As determinações estruturais constituem um nível de abstração válido somente porque se inscreve na história das relações sociais e das estruturas de uma formação social, mas são as determinações históricas que possibilitam a passagem das determinações estruturais para as análises concretas. Nesse sentido, propôs a recuperação das situações históricas específicas para se chegar à compreensão da política populista na América Latina, que apresenta como traço comum a emergência das classes populares no cenário político.

O autor argentino Alberto Ciria, referindo-se à conceituação do peronismo como populismo afirma que o termo populismo foi utilizado para definir distintas tendências políticas no espaço e no tempo. Realiza um balanço das interpretações que se valeram desse conceito para estudar as realidades latino-americanas e conclui que antes de submeter o peronismo e outros populismos em marcos teóricos demasiadamente abstratos seria necessário cobrir os “vazios empíricos” existentes até o presente e tratar de aprofundar exemplos específicos. (Ciria, 1983, p. 52). Em outra passagem afirmou que as comparações entre as diferentes experiências indicam um caminho frutífero de análise (idem, p. 40).

A análise da propaganda política varguista e peronista compartilha das críticas às abordagens anteriores. Partindo de pressupostos teóricos e metodológicos diversos dos que fundamentaram a construção dos modelos, busca, numa perspectiva da história comparada, trazer à tona novos elementos para a compreensão das experiências varguista e peronista.

A historiografia que se interessou, mais recentemente, pelo tema, propõe um caminho inverso ao percorrido na elaboração das interpretações generalizantes: privilegia as particularidades nacionais e os recortes mais específicos. Em lugar das grandes sínteses que, certamente, trouxeram contribuições muito importantes para o estudo dos fenômenos, os historiadores buscam, hoje, a “reconstituição histórica concreta” dos vários “populismos”.

Os intelectuais brasileiros, ao vivenciarem a experiência da redemocratização, interessaram-se pelo problema do autoritarismo imposto pelo regime militar e pelo desvendamento das causas do golpe de 1964. Esta questão motivou um retorno ao pré-64, orientado pela busca de raízes mais profundas do autoritarismo brasileiro. (Gomes, 1996, p. 63-5) Nesse contexto, o Estado Novo varguista ganhou destaque na produção historiográfica².

No caso da Argentina, a permanência do peronismo no imaginário coletivo e na sociedade como força política capaz de eleger o Presidente da República, explicam a aparição de novos estudos sobre o tema, realizados não só por argentinos, mas também por pesquisadores de outros países, norte-americanos, especialmente.

O Estado Novo se impôs como objeto específico de estudo na historiografia brasileira a partir do momento em que os historiadores enfrentaram o desafio de estudar um período da história recente. As investigações se voltaram para os aspectos políticos e culturais dessa experiência³. O mesmo ocorreu na Argentina com relação às novas interpretações históricas sobre o peronismo.

Nos dois casos, cabe indagar porque os historiadores decidiram enfrentar o desafio de estudar um período mais recente da história e qual a razão da escolha de novas abordagens.

A explicação para o interesse recente dos historiadores pelos regimes varguista e peronista implica uma reflexão sobre o contexto interno e externo que motivaram a proliferação de trabalhos no campo da história política. Muitos autores estrangeiros e brasileiros têm feito referências à renovação da área⁴. Ângela Castro Gomes considera que ela se impôs, nas últimas décadas, como uma reação não só à ênfase no estrutural enquanto definidor do processo histórico, mas também aos enfoques deterministas que não levavam devidamente em conta a liberdade de escolha e de ação dos sujeitos na história. O tema da revolução que norteou as interpretações historiográficas até os anos 1970, estimulou pesquisas sobre as estruturas econômicas e sociais. Mas, à medida em que os diferentes modelos de revolução foram demonstrando sua fragilidade, os esquemas teóricos predominantes entraram em crise. O questionamento dos paradigmas estruturalistas de diferentes tendências abriu espaço para a história política que trouxe consigo orientações inovadoras.

A história que hoje se impõe afasta-se das anteriores na medida em que coloca o estudo do poder no centro da nova problemática; esse estudo não se confunde com as teorias do Estado e se caracteriza pelo reconhecimento de outras formas políticas consideradas tão importantes quanto as insituições estatais. Isto possibilitou a exploração de novos temas de pesquisa relacionados à cultura política ou à história das representações políticas constituídas por imagens, símbolos, mitos e utopias.

A produção dos historiadores sobre o varguismo e peronismo merece destaque pela inovação temática, pela abordagem de questões originais que motivaram o estudo de novos objetos baseados em fontes

inéditas⁵.

Cabe ressaltar também que, anteriormente, havia uma tácita divisão de trabalho entre historiadores e outros cientistas sociais. A historiografia colocava para si como limite temporal a década de 1930 e raramente os historiadores avançavam para além desse marco. Por esse motivo o varguismo e o peronismo receberam pouca contribuição da historiografia. Prevalencia a concepção de que o distanciamento era imprescindível à boa reconstituição historiográfica.

Com as revisões interpretativas da história nas últimas décadas, e sobretudo com a renovação da vertente política, o “tempo presente” ganhou prestígio. Na França, o grupo de “Histoire du Temps Présent”, passou a ter grande repercussão a partir dos bons resultados de pesquisa sobre décadas mais recentes. Para seus representantes, o desenvolvimento dessa prática está relacionado ao “retorno à história política”, que repousa sobre uma definição repensada do “acontecimento”. A novidade não tem a ver com a oposição entre os dois tempos, mas com a análise das interações entre o tempo curto e o tempo longo. Insurgindo-se contra a idéia de que o historiador do político se liga ao efêmero do instante, e diferenciando-se dos analistas da história social ou das mentalidades, citam René Remond, quando afirma: “A oposição [tempo longo x tempo curto] despreza a pluralidade de ritmos que caracteriza a história política. Esta se desenvolve simultaneamente sobre registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento”. (Peschanski e outros, 1991, p. 27-8).

Levando em conta as grandes transformações que ocorreram no mundo nos últimos anos, e também o enorme desenvolvimento das tecnologias da comunicação, que metamorfosearam os modos de percepção do real (passado, presente, futuro), os referidos historiadores consideram que o acontecimento mudou de dimensão: é agora imediato, posto em cena e compartilhado por indivíduos, grupos e nações. Por isto, insistem que o historiador não pode, como antes, mostrar desinteresse pelo acontecimento do tempo presente, devendo, ao contrário, conferir-lhe um lugar especial (idem, p. 14).

Os trabalhos realizados por historiadores sobre o período

varguista e peronista constituíram o ponto de partida para a investigação da propaganda política nesses regimes. O estudo da propaganda se insere na linha de história das representações políticas, com ênfase na construção dos imaginários coletivos.

Outros historiadores brasileiros já haviam demonstrado a importância desse campo de trabalho. Alcir Lenharo estudou o Estado Novo sob o prisma do “imaginário político”, abrindo perspectivas novas para a historiografia política brasileira. O autor analisou o período através de textos políticos e literários, identificando a construção de um imaginário voltado para a reafirmação do controle social. A transposição de imagens religiosas para o discurso do poder gerou a Sacralização da política, mecanismo de representação que visava dotar o Estado de uma legitimidade capaz de tornar mais eficientes os novos dispositivos de dominação engendrados pelo novo regime (Lenharo, 1986)⁶.

Nessa mesma direção, Eliana Freitas Dutra realizou uma pesquisa sobre os anos 1930, onde reconstituiu um quadro esboçado em torno de dispositivos, estratégias e conteúdos reveladores de uma disposição totalitária da sociedade brasileira que preparou o terreno para o advento do Estado Novo. A leitura desse texto deixa evidente que o campo do imaginário é o campo do enfrentamento político onde a luta de forças simbólicas provoca mudanças na sociedade. Como as imagens respondem aos conflitos sociais e às relações antagônicas, elas tem um peso muito grande nas práticas políticas de arregimentação: mobilizam ressentimentos, frustrações, medos e esperanças com intuito persuasivo. (Dutra, 1990)

Na Argentina, estudos mais recentes sobre o peronismo também exploraram o campo das representações políticas. O livro do historiador Mariano Plotkin *Mañana es San Perón* (1994) enfoca a propaganda, os rituais políticos e a educação no regime peronista (1946-1955), mostrando os mecanismos produzidos para gerar consenso político e mobilização massiva.

A história política que hoje retoma o tema do varguismo e o peronismo a partir dessas novas perspectivas, além de colocar em cheque as interpretações anteriores sobre o populismo, vale-se de novos conceitos para definir essas experiências. Participando do

debate internacional que introduziu o totalitarismo como noção definidora de experiências políticas como a stalinista, autores brasileiros e argentinos o incorporaram nas análises sobre os imaginários políticos varguista e peronista⁷.

O conceito de totalitarismo adquiriu tal força na América Latina que alguns autores chegaram a identificá-lo com os regimes militares dos anos 1960-70. No entanto, os acontecimentos mundiais recentes provocaram um debate sobre a possibilidade do uso dessa definição em diferentes realidades históricas.

Passado o momento em que a contraposição do totalitarismo à democracia cumpriu seu papel político de crítica e denúncia dos vários tipos de violência e repressão cometidos em vários países - além de prestar-se à redescoberta das virtudes do pluralismo, do Estado de direito e preservação das liberdades - ocorreu, já no final da década de 1980, uma mudança de enfoque no que se refere ao totalitarismo. Segundo Pierre Birnbaum, os novos dados de pesquisa impuseram uma reflexão mais sistemática sobre o conceito para que se possa distinguir melhor situações totalitárias (como nazismo, fascismo e stalinismo) que são próximas por certos aspectos, mas se distinguem, fundamentalmente, por outros. (Birnbaum, 1986, p.725)

O autor considera que, longe das puras representações da filosofia política, a análise sócio-histórica contemporânea dos fenômenos totalitários leva a uma revisão tanto do conceito como das críticas frequentemente enunciadas de maneira normativa. Da mesma maneira que um Estado não pode ser totalitário sem desaparecer enquanto tal, ao inverso, uma sociedade organizada de modo totalitário não se torna menos habitada por reivindicações de autonomia e de preservação de formas múltiplas de auto-organização, afirma Birnbaum (ídem, p. 731).

Roberto Romano trouxe esta discussão para a nossa realidade. Em *O conceito de totalitarismo na América Latina*, argumenta que a definição de totalitarismo não se aplica, em sua plenitude, a nenhum país americano. Mesmo no campo europeu o uso da noção é problemático. Numa perspectiva ideal, o totalitarismo implica na união absoluta entre massas nacionais e Estado, mas “quando olhamos para as várias experiências européias - nazistas,

fascistas, stalinistas - podemos constatar que apenas em alguns instantes de exacerbação, com base o mais das vezes na propaganda, efetivou-se este pesadelo.”(...) “Mesmo nos momentos mais críticos, sob o regime nazista, fascista e stalinista, não é possível dizer que desapareceram absolutamente a oposição ao poder no interior da sociedade”. Na América do Sul, acrescenta o autor, até os casos mais conspícuos de regimes autoritários dos anos 1930-40, o argentino e o brasileiro, não se mostram adequados ao conceito. Apenas em níveis ideais, propagandísticos ou em tentativas isoladas pode-se falar em totalitarismo (Romano, 1996, p. 311).

Concordo com o autor quando argumenta que os traços totalitários são identificáveis nos discursos e práticas de Vargas, mas não se pode dizer que houve, no período, “efetivação histórica do conceito em plano macroinstitucional e societário”. Durante o Estado Novo, as oposições democráticas e os adversários do varguismo na luta pelo poder, continuaram atuando. A repressão foi intensa e as liberdades foram anuladas nesse período, mas não ocorreu o monopólio absoluto do Estado no plano físico, jurídico ou econômico. O imaginário totalitário tinha receptividade numa parte significativa da sociedade, como mostra o trabalho de Eliana Freitas Dutra, mas a imagem da sociedade UNA, homogênea e harmônica veiculada pela propaganda política, longe esteve de se traduzir numa prática de constituição da opinião única em torno do regime e de seu líder. Cabe ressaltar que nem mesmo entre os ideólogos do regime havia convergência quanto a aceitação do nazi-fascismo como modelo de organização da sociedade e do Estado.

No caso da Argentina, a definição do peronismo como totalitarismo é ainda mais problemática porque essa experiência ocorreu após a derrota do nazi-fascismo, o que tornava muito difícil a realização de um regime de natureza similar. O peronismo atuou nos limites do Estado de direito, característica que o diferenciou, inclusive, do Estado autoritário brasileiro dos anos 1937-1945.

A pesquisa empírica sobre a propaganda varguista e peronistas me levou a concluir que a referência ao totalitarismo não contribuiu para a melhor compreensão da natureza dos regimes varguista e peronista. Por essa razão, identifique-me, no plano

conceitual, com a perspectiva historiográfica que procura afastar-se dos conceitos extremamente generalizantes que não levam na devida conta as especificidades de cada situação histórica particular. A análise comparativa, segundo vários autores, ajuda a compreender como um fenômeno universal assume características distintas nas conjunturas históricas específicas⁸.

Num momento em que os estudos históricos atuais buscam recuperar as diferenças, a história comparada permite apontar, ao mesmo tempo, os pontos comuns e as especificidades de um determinado fenômeno histórico.

A análise comparativa da propaganda política varguista e peronista leva em consideração essas questões postas pelas revisões historiográficas⁹.

Compartilhando das opiniões de Marc Bloch sobre a importância do método comparativo em história, considero necessário reproduzir suas observações a propósito de: por que comparar, como e o que comparar? Segundo o autor, deve-se comparar para levantar novas questões, novos problemas que permitam o surgimento de novos enfoques, novas interpretações. Quanto ao “como” e “o que” comparar, propõe o estudo de sociedades ao mesmo tempo vizinhas e contemporâneas, influenciadas umas pelas outras, submetidas, em função da sua proximidade e sincronismo, à ação das mesmas grandes causas e remontando, ao menos parcialmente, a uma origem comum. Com isso se espera chegar a conclusões menos hipotéticas e mais precisas (Prado, mimeo.,1993).

O estudo comparativo da propaganda política nos regimes varguista e peronista se encaixa perfeitamente nessa perspectiva apresentada por Marc Bloch. Muitos autores que estudaram o tema do populismo na América Latina procuraram estabelecer comparações entre os fenômenos. Sem negar a contribuição desses trabalhos, propus uma abordagem comparativa em outros termos. Partindo das evidências empíricas para a formulação das proposições, pretendi chegar a conclusões gerais, mas levando em consideração, ao mesmo tempo, as situações comuns e as diferenças que marcaram a experiência histórica do varguismo e peronismo.

A ampliação das pesquisas empíricas sobre o período permite

apontar os traços de uma experiência universal e as especificidades que as situações históricas particulares apresentam. O estudo comparado da propaganda política varguista e peronista ganha importância ainda maior ao se levar em conta que ambas se inspiraram nas experiências nazifascistas, tanto no que se refere à forma de organização da propaganda como nas mensagens e apelos realizados com o intuito de sensibilizar o receptor para práticas políticas de sustentação do poder.

Parto do princípio de que as diferentes realidades (fascismo, nazismo, varguismo, peronismo) não se mantêm separadas, havendo entre elas um movimento constante de circulação de idéias, imagens e relatos de práticas políticas, que ao se transportarem da Europa para a América são apropriadas e reproduzidas, ganhando nova interpretação. Considero, portanto, impossível estudar os dois casos latino-americanos sem levar em conta suas relações com as referidas experiências européias.

Como bem frisou Alcir Lenharo, nos anos 1930, os regimes fascistas, o nazismo e o stalinismo, não necessariamente identificados entre si, intercambiaram febrilmente fórmulas e experiências que pretendiam congelar os focos de tensão da história e resolver, definitivamente, a questão social, redimindo, da exploração, as populações trabalhadoras. (Lenharo, 1986, p.13). Nesse contexto, imagens e símbolos circularam por várias sociedades, sendo retrabalhados, mas utilizados na propaganda política com o mesmo fim: o de transmitir aos receptores das mensagens um conteúdo carregado de carga emotiva, capaz de obter respostas no mesmo nível, ou seja, reações de consentimento e apoio ao poder.

A propósito dessa questão, Roberto Romano adverte: “para quem vive em sociedades como a nossa, a construção dos imaginários tem uma importância particular” (...) “Não se mexe com símbolos impunemente. Eles são o resíduo ético de tradições seculares, preconceitos arraigados nos corações e mentes” (Romano, 1986, p.316).

No livro *Conservadorismo romântico: origens do totalitarismo*, o autor apresentou como traço essencial do pensamento totalitário, a manipulação das massas através dos símbolos. Esta pesquisa sobre

a propaganda política no varguismo e peronismo foi inspirada, em grande parte na referida obra.

O imaginário político divulgado pela propaganda nazi-fascista, encontra terreno cultural fértil para penetração nas sociedades brasileira e argentina; a formação ibérica as habituou ao uso e culto de imagens/símbolos propagados pelo catolicismo desde a conquista e colonização. Desconstruir esse imaginário, analisar seus elementos constitutivos e relacioná-lo com o contexto histórico da sua produção é tarefa a que os historiadores tem se dedicado ao revisitar o Estado Novo varguista e o peronismo da primeira fase. Pretendi seguir nessa linha de abordagem.

O estudo da propaganda política insere-se, como já foi dito antes, no elenco de trabalhos de história política renovada, onde a análise dos imaginários e da cultura política ganham destaque. Nesse campo em que o estudo das idéias, imagens, símbolos, mitos, utopias permite a conexão entre política e cultura, a análise sobre a propaganda política nos regimes de massa encontraram um caminho muito profícuo¹⁰.

A propaganda política entendida como fenômeno da sociedade e cultura de massas, adquiriu enorme importância nas décadas de 1930-40, quando ocorreu, em âmbito mundial, um avanço considerável dos meios de comunicação. A propaganda nazista teve enorme impacto não só na Europa, mas também na América. Os regimes varguista e peronista procuraram seguir esse modelo¹¹.

A propaganda política se vale de idéias e conceitos, mas os transforma em imagens e símbolos; os marcos da cultura são também incorporados ao imaginário que é transmitido pelos meios de comunicação. A referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na atração das massas. Nesse terreno onde política e cultura se mesclam com idéias, imagens e símbolos, define-se o objeto propaganda política como um estudo de representações políticas. Tal perspectiva de análise se relaciona diretamente com o estudo dos imaginários sociais, que constituem uma categoria das representações coletivas¹².

Bronislaw Bazcko afirma que a história dos imaginários

sociais se confunde, em larga medida, com a história da propaganda. Nas sociedades contemporâneas, os meios de comunicação de massa passaram a dispor de aparatos técnicos e científicos altamente sofisticados; eles permitem a fabricação e manipulação dos imaginários coletivos que constituem uma das forças reguladoras da vida social e peça importante no exercício do poder.

Para se alcançar a dominação através dos imaginários sociais, é necessário o controle dos meios de comunicação, instrumentos de persuasão destinados a inculcar valores e crenças. É neste ponto que o autor relaciona a história dos imaginários sociais com a história da propaganda. Os meios de comunicação fabricam necessidades, abrindo possibilidades inéditas à propaganda que se encarrega, ela mesma, de satisfazê-las.

Em qualquer regime, a propaganda política é estratégica para o exercício do poder, mas ela adquire uma força muito maior naqueles em que o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula procurando bloquear toda atividade espontânea.

A imagem totalitária, segundo Claude Lefort, oferece o acabamento perfeito para o ocultamento dos sinais de divisões e conflitos sociais. A ilusão do UNO serve para eliminar a indeterminação que persegue a existência democrática e tende a soldar o poder à sociedade (Lefort, 1983).

A maioria dos homens deixa-se atrair pela idéia de unanimidade e harmonização com seu semelhante; a propaganda tende a reforçar essa tendência, criando, artificialmente, a impressão de unidade, afirma Jean-Marie Domenach. O autor estabelece uma relação entre a propaganda e o mito: o mito reaviva o desejo de felicidade e a promessa de comunhão (Domenach, 1954).

A propaganda joga com os sentidos e com a imaginação utilizando diversos símbolos. Atua sobre os instintos, suscitando reflexos. A força motriz que ela tende a fazer nascer e dirigir é de natureza sentimental: age sobre os sentimentos, buscando modelar os comportamentos coletivos.

O imaginário totalitário, segundo Pierre Ansart, produz

estruturas socio-afetivas que se caracterizam por uma dimensão emocional intensa. A propaganda política em regimes dessa natureza, opera no sentido de exaltar as sensibilidades, tendendo a provocar paixões¹³ (Ansart, 1983).

As emoções tendem a se exacerbar nos espetáculos festivos organizados pelo poder. A teatrocrazia regula a vida cotidiana dos homens em sociedade, afirma George Balandier. Nas políticas de massa as potencialidades dramáticas são mais fortes e o mito da unidade ligado à imagem do líder tornam o cenário da teatralização especialmente adequado ao convencimento.

O poder utiliza meios espetaculares para marcar sua entrada na história (comemorações, festas de todo tipo, construção de monumentos). As manifestações do poder não se coadunam com a simplicidade; a grandeza, a ostentação, o luxo as caracterizam (Balandier, 1980).

No terreno das representações do poder, a propaganda política desencadeia uma luta de forças simbólicas; aí se instaura uma violência de tipo simbólico que visa ao reforço da dominação, consentimento em relação ao poder e interiorização das normas e valores impostos através das mensagens propagandistas. No entanto, como esclarecem De Certeau e Chartier, a incorporação da dominação pelo receptor não exclui a possibilidade de desvios. A eficácia das mensagens depende dos códigos de afetividade, costumes e elementos histórico/culturais dos receptores. Por isso, o efeito não é unívoco e a mesma mensagem pode ser interpretada de maneiras diferentes, produzindo ações diferentes. Esta constatação ajuda a explicar porque uma propaganda política organizada em moldes similares a outras produz resultados diversos (De Certeau, 1975; Chartier, 1986).

A propaganda política constitui, pois, um elemento preponderante da política de massas que se desenvolveu no período de entre-guerras a partir das críticas ao sistema liberal considerado incapaz de solucionar os problemas sociais. Nesses anos vivenciou-se, de forma genérica, uma crise do liberalismo. Os impactos da Primeira Guerra e da Revolução Russa provocaram, segundo inúmeros autores, uma crise de consciência generalizada que, por sua vez, resultou em críticas à democracia representativa parlamentar

individualista. O pensamento anti-liberal e anti-democrático, de diferentes matizes, revelava extrema preocupação com a problemática das massas. Os idelólogos nacionalistas de extrema direita que se projetaram na década de 20 continuavam, na trilha de Gustave Le Bon, Scipio Sighele e outros, manifestando desprezo e horror às massas “primitivas”, “irracionais”, “delinquentes”. Mas, nessa época, outras vozes se levantaram colocando novas soluções para o controle popular: para evitar a eclosão das revoluções, propuseram que o controle social fosse feito através da presença de um Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem. Nesse contexto a propaganda política foi considerada como elemento importante de atração das massas na direção do líder.

A integração política das massas também preocupou as elites de países latino-americanos. O crescimento de movimentos sociais e políticos nos anos 20 fez com que o fantasma da Revolução Russa assombrasse ainda mais os mantenedores da ordem. A questão social colocou-se, desde então, no centro das críticas ao liberalismo, considerado incapaz de solucionar os problemas sociais.

As economias latino-americanas foram muito afetadas com o “crack” da bolsa de Nova York, em 1929. A conjuntura de crise favoreceu as mudanças políticas e em alguns países, como no caso do Brasil, as correntes anit-liberais se fortaleceram e passaram a atuar com vistas à derrocada das instituições liberais. A revolução de 1930 preparou o terreno para o advento de uma nova cultura política, que se definiu a partir de um redimensionamento do conceito de democracia norteadada por uma concepção particular de representação política e de cidadania; a revisão do papel do Estado se complementou com a proposta inovadora do papel do líder na integração das massas e apresentação de uma nova forma de identidade nacional.

Com o advento do Estado Novo, ocorreu a consolidação da política de massas, que, na década seguinte, foi introduzida na Argentina.

O estudo da propaganda varguista se restringe ao Estado Novo porque foi nesse momento que ela se consolidou como um dos

pilares do exercício do poder. O novo regime, constituído a partir de um golpe de Estado, sem qualquer participação popular, explica a busca de legitimação e apoio de setores mais amplos da sociedade através da propaganda política. Isto não significa que, no segundo governo Vargas (1951-1954), o recurso à propaganda tenha sido pouco importante. No entanto, o sistema montado no Estado Novo não se adequava à nova fase e os objetivos a serem atingidos pela propaganda, nessa conjuntura, eram bem diferentes. A diferença mais significativa entre os dois períodos, no que se refere à propaganda, reside no fato de que os opositores, silenciados no Estado Novo, utilizaram, no segundo governo, as mesmas armas propagandísticas para combater Getúlio Vargas e dispunham de maior força para atacar o poder na guerra de imagens.

No caso da Argentina, a propaganda política se organizou no interior do sistema liberal mas sua natureza e propósito de conquista das massas a aproximavam da brasilieria. A propaganda varguista e peronista apresentavam, em comum, a característica de representarem uma das bases de sustentação de um novo estilo de poder que foi introduzido nos dois países. Apesar da defasagem de uma década, a comparação entre a propaganda política posta em prática no Estado Novo varguista e no regime peronista, justifica-se pela possibilidade de indicar os problemas comuns que deram origem à política de massas nos dois países e o perfil específico que cada qual apresentou tendo em vista as conjunturas históricas particulares.

O estudo da propaganda política requer uma pesquisa de fontes muito diversificadas. O Estado novo foi fértil na produção de textos: biografias de Vargas, memórias, escritos políticos, discursos, livros de apologia ao regime, obras de natureza teórica produzidas pelos ideólogos do Estado Novo, textos de natureza didática, revistas de cultura e de divulgação ideológica, jornais, livros didáticos de História para o secundário. Esse material escrito raramente vinha acompanhado de ilustrações, mesmo no caso dos textos de natureza didática, destinados a crianças. Além desse núcleo mais forte da propaganda, as fotos, cine-jornais, filmes de ficção, cartazes, panfletos, programas radiofônicos, radionovelas, músicas, pinturas, esculturas, obras arquitetônicas, moedas, medalhões, hinos, bandeiras, completavam o elenco de dispositivos utilizados na propagação das

realizações do regime e na conquista de apoio de amplos setores da população.

A propaganda peronista valeu-se de material similar com certas particularidades: o recurso a textos escritos foi menos significativo no peronismo do que no varguismo, resumindo-se, praticamente, aos discursos de Perón. No entanto, as ilustrações eram abundantes e os desenhos ilustrativos estampados em livros, álbuns comemorativos, revistas, livros didáticos causavam maior impacto do que as fotos, também numerosas. Diferentemente do caso brasileiro, a literatura (romances, contos, poemas, peças de teatro) teve grande importância e representou uma arma de luta contra a oposição, que dela também se valeu com igual força. Os livros de leitura para alunos de primeiro grau constituem, juntamente com o álbum comemorativo das realizações peronistas *La Nación Argentina. Publicación especial conmemorativa, 1950*, com mais de 800 páginas, representam o material mais rico para análise da propaganda. Os jornais, revistas e suplementos literários, também constituem fontes importantes para este estudo. Além desse material impresso, os emblemas, escudos, bandeiras, panfletos, cartazes foram muito mais abundantes na Argentina do que no Brasil. A produção de músicas, filmes, fotografias equiparam-se nos dois casos. O material fabricado em torno da figura de Eva Perón e suas realizações é muito superior ao referente a Perón ou Vargas. Os líderes têm destaque similar na propaganda política, mas as biografias sobre Vargas e as obras apologéticas sobre o Estado Novo não têm correspondente na Argentina.

A partir dessas fontes procurei analisar, de forma comparativa, as mensagens de propaganda política veiculadas de maneiras diversas durante os regimes varguista e peronista. O resultado desse trabalho foi apresentado como tese de Livre Docência no Departamento de História da Universidade de São Paulo em dezembro de 1997.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 Guita Grin Debert em *Ideologia e populismo* questiona a teoria de Gino Germani em seus pressupostos de análise: o autor concebe o siste-

ma social como algo que se apresenta em equilíbrio estável e explica as transformações sociais como resultados dos efeitos acumulados de suas disfunções. Nessa perspectiva, o conflito de classes surge como consequência de disfunções do sistema e não como chave para a compreensão dos processos de mudanças sociais e políticas; ao explicar a participação das classes populares a partir de razões psicossociológicas provocadas pelo processo de mudança (transição do tradicional para o moderno) elas aparecem como consequência e não como agentes do processo histórico, afirma a autora. (Derbert, 1980)

2 A coletânea de textos intitulada *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo* coloca questões novas sobre o período. A referida obra, publicada em dois volumes, recupera contribuições do colóquio promovido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, por ocasião dos 50 anos do Estado Novo. O organizador da publicação, o historiador José Luiz Werneck da Silva, deixou evidente, na Introdução, o sentido político do Encontro. Os textos apresentados deveriam contribuir para uma reflexão sobre o fenômeno do autoritarismo nos múltiplos tempos em que ele ocorreu no processo ideológico brasileiro, dando ênfase às perspectivas de história comparada no plano nacional e internacional. A importância atribuída à relação presente/passado também fica clara na alusão à expressão “para não esquecer”, subtítulo do Colóquio. Na abertura do Encontro, o Reitor da UFRJ, Prof. Horácio Macedo, demonstrou receio de que experiências como a de 1937 e 1964 ainda tivessem condições de acontecer no Brasil. (Werneck da Silva, 1991, p. 23).

3 O segundo governo Vargas não mereceu igual atenção dos historiadores, registrando-se poucos trabalhos referentes a esse momento que, em contrapartida, suscitou grande interesse por parte dos cientistas políticos e sociólogos. (Gomes, 1996)

4 A esse respeito consultar Jacques Le Goff (1972), Pierre Rosanvallon (1986), René Remond (1992), Peter Burke (1991), Maria Stella Bresciani (1990), Vavy Pacheco Borges (1991/2 e 1996), Maria de Lourdes Mônaco Janotti e Márcia D’Aléssio (1996), Maria Helena Capelato (1996), Ângela Castro Gomes (1996).

5 A propósito dos novos estudos sobre o Estado Novo consultar René Gertz (1990). Maria Helena Capelato (1997, no prelo)

6 Alcir Lenharo inspirou-se nas análises de intelectuais europeus, franceses especialmente (Felix Guatarri, Cornelius Castoriadis, Claude Lefort), que fizeram a crítica do stalinismo, mostrando a importância da construção do imaginário político caracterizado como totalitário. As reflexões de Roberto Romano (1979 e 1981) também serviram de fundamentação para a análise de Lenharo, que procura mostrar de que forma o culto das imagens e símbolos

do cristianismo foram apropriados e retrabalhados pelo discurso político.

7 Na década de 1980, o conceito de totalitarismo pareceu adequado às análises sobre o poder em nova perspectiva: Alcir Lenharo recorreu a ele na interpretação do imaginário estadonovista; na Argentina, o termo foi utilizado por Juan José Sebrelli ao estudar *Los deseos imaginarios del peronismo* (1985).

8 Francisco C. Falcon, referindo-se ao fascismo, afirma que, nesse campo de estudo, hoje se busca “perceber as diferenças, (...) desconfiando-se das generalizações apressadas, produzidas no calor da hora, talvez eficazes para a prática político ideológica, mas de pequena ou nenhuma valia para o trabalho sério do historiador. Considera que, passado o tempo das grandes sínteses, ou das brilhantes generalizações ‘teóricas’, tremendamente ambiciosas nas abrangências de suas pretensões, buscam os historiadores de hoje reconstituição histórica concreta dos vários fascismos. (Falcon, 1991, p.41-2).

9 A perspectiva de realização de estudos dessa natureza, estimulou um debate sobre as possibilidades e limites do campo em diferentes áreas. Maria Lígia Coelho Prado, retomando colocações de vários autores que se posicionaram sobre essa perspectiva, colocou a questão: há um método comparativo em história? Marc Bloch, historiador que utilizou intensamente a comparação, entendia o método comparativo como um instrumento de uso corrente e com resultados positivos. Comparar significa, para o autor, fazer uma escolha em meios sociais diferentes, de dois ou mais fenômenos que apresentam, à primeira vista, certas analogias. Cabe, a seguir, constatar e explicar as semelhanças e diferenças. Já para Raymond Grew, não há método comparativo como tal, mas a comparação pode contribuir para a proposição de novas questões, para a definição mais aguda do problema histórico que se quer resolver e para testar generalizações e hipóteses da investigação social. George Fredrickson também está de acordo que a história comparada não tem um método bem definido, mas serve para alargar a compreensão teórica dos tipos de instituições ou processos, assim contribuindo para o desenvolvimento de teorias e generalizações sociais e científicas.

10 Muitos autores contribuíram, nas últimas décadas, para a reflexão sobre os imaginários sociais. Maurice Aguilhon, em seus estudos sobre a representação da República na França (*Marianne au combat*, (1979) e *Marianne au pouvoir* (1989)) e em outros trabalhos, analisa as alegorias, símbolos, emblemas, imagens, mostrando a distinção entre eles e as modificações ocorridas ao longo do tempo. As investigações desse historiador constituíram ponto de partida para os trabalhos dessa natureza.

11 Nesta análise da propaganda varguista e peronista tomei como referência algumas obras importantes para a compreensão do nazismo e

fascismo nesse âmbito. O trabalho de Laura Malvano sobre Fascismo e política dell'immagine (1988), além das sugestões metodológicas, levantou questões muito pertinentes para a reflexão da propaganda política na sua relação com a cultura. A grande contribuição da autora reside no fato de não estabelecer uma oposição entre “arte pura” e “arte propaganda”, o que permite refletir sobre a relação política e cultura num outro patamar. O estudo do nazismo também recebeu contribuições novas que privilegiaram a análise dos imaginários políticos veiculados pela propaganda oficial. Dominique Pélassy em *Le signe nazi* (1982) estuda, detalhadamente, o significado dos símbolos manejados pelo regime. O(a) autor(a) insiste no fato de que o nazismo não representou apenas uma experiência de uma geração alemã; mas um movimento mais amplo que ocorreu na Europa do entre-guerras, época dos grandes fenômenos de massa e surgimento dos fascismos. Considera que a ocorrência desses movimentos levou os investigadores a se interrogarem sobre a lógica de dominação e das estratégias de manipulação que resultam em consentimento. Sugere que a aproximação de experiências similares é muito fértil: elas não se equivalem mas a visão comparativa permite apreciar as especificidades.

12 Os estudos sobre os imaginários políticos e sociais desenvolvidos por autores como Raoul Girardet em *Mitos e mitologias políticas* (1987), Bronislaw Bazcko em *Les imaginaires sociaux* (1984), Pierre Ansart em *Ideologias, conflitos e poder* (1978) e *La gestion des passions politiques* (1983), foram de grande valia para a estruturação da proposta metodológica deste trabalho.

13 A propósito do nascimento da teoria das massas (século XIX) e sua metamorfose no século XX, utilizei, com muito proveito, os artigos constantes da publicação *Masses et politique*, *Hermes* 2, Editions du CNRS, 1988.

BIBLIOGRAFIA

- ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne: L'âge d'homme, 1983.
- BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux*. Paris: Payot, 1984.
- BALANDIER, George. *O poder em cena*. Brasília: UnB, 1980.
- BIRNBAUM, Pierre. “Critique du totalitarisme”. In: Pascale Ory. *Nouvelle Histoire des idées politiques*. Paris: Hachette, 1987.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Populismo en América Latina: propaganda política y formas de manipulación de massas”. In: *História Política del siglo XX*. Quito: Ed. Nacional, 1992.

- CHARTIER, Roger. *História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1986.
- CIRIA, Alberto. *Política y cultura popular. La Argentina peronista 1946-1955*. BA: Ed. De la Flor, 1983.
- DE CERTAU, Michel. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. SP: Cortez/Autores Associados, 1981.
- DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*. SP: T.A. Queirós, 1979.
- DOMENACH, Jean-Marie. *La propagande politique*. Paris: PUF, 1954.
- DUTRA, Eliana Freitas. "O fantasma do outro - espectros totalitários na cena política brasileira dos anos 30". In: *Política & Cultura*. Revista Brasileira de História, n. 23/24, set. 91/agosto 92, SP: ANPUH/Marco Zero.
- FALCON, Francisco C. "Fascismo: autoritarismo e totalitarismo". In: *O feixe e o prisma*. vol. I, RJ: Zahar, 1991.
- GERTZ, René E. "Estado Novo: um inventário historiográfico". In: *O feixe e o prisma*. vol. I, RJ: Zahar, 1991.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*. CNPq/Marco Zero, 1990.
- JAHAR GARCIA, Nelson. *Estado Novo. Ideologia e propaganda política*. SP: Loyola, 1982.
- LEFORT, Claude. *A Invenção democrática. Os limites do totalitarismo*. SP: Brasiliense, 1983.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, Ed. Unicamp, 1986.
- MALVANO, Laura. *Fascismo e política daa'immagine*. Torino: Ballati/Boringhieri, 1988.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi e outros. *Estado Novo. Ideologia e poder*. RJ: Zahar, 1982.
- PÉLASSY, Dominique. *Le signe nazi*. Paris: Fayard, 1983.
- PESCHANSKI, Denis e outros (org.). *Histoire politique et sciences sociales*. Bruxelles: Complexe, 1991.
- PLOTKIN, Mariano. *Mañana es San Perón*. BA: Ariel, História Argentina, 1994.
- PIOZZI, Patrícia. *O ato livre*. Dissertação de Mestrado, SP, USP, 1983.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. *História Comparativa*. SP: USP(mimeo), 1993.
- ROMANO, Roberto, "O conceito de totalitarismo na América Latina: algumas considerações". In: *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas* SP: Edusp/Expressão e cultura, 1996.
- SIRVÉN, Pablo. *Perón y los medios de comunicación (1943-1955)*. BA: CEAL, 1984.
- WERNECK DA SILVA, José Luiz (org.). *O feixe e o prisma. Uma revisão do Estado Novo*. vol. I, RJ, Zahar, 1991.